BRASIL

Brasil quer preservar as negociações comerciais com EUA após reeleição de Lula

Integrantes da gestão Lula avaliam que um eventual avanço dos democratas no Legislativo americano poderia ampliar os canais de interlocução com o governo Trump

Brasília - O governo brasileiro pretende preservar a relação comercial com os Estados Unidos e manter as negociações em curso, apesar da ida de Flávio Bolsonaro (PL) para o país após a derrota nas eleições do último domingo (25). A avaliação interna é que não convém ampliar o episódio para a relação entre os dois governos.

Segundo o jornal americano The New York Times, agentes de fronteira dos EUA permitiram que o senador e sua família entrassem no país sob o status migratório de admissão condicional, após desembarcarem em Miami em um jato particular na manhã de quarta-feira (28).

Ainda de acordo com o jornal, a aeronave havia sido providenciada por um funcionário da Casa Branca. Naquela tarde, o presidente Donald Trump afirmou que Flávio havia recebido um "passe livre" para entrar nos Estados Unidos.

Do lado brasileiro, a orientação é não estender o assunto e manter uma postura pragmática. Integrantes do governo avaliam que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sai fortalecido da reeleição. Trump disse que, a pedido de Lula, não tomaria partido na eleição brasileira, mas classificou o resultado como "uma vergonha".

Um diplomata do Itamaraty afirma que, neste momento, as providências relacionadas à saída de Flávio do país cabem ao Judiciário, e não ao presidente da República.

O governo também considera relevante o fato de partidos de diferentes espectros políticos, inclusive o PL, terem reconhecido a vitória de Lula.

A carta em que Flávio se declarou o verdadeiro presidente eleito do Brasil foi contestada após sua divulgação. Posteriormente, o senador alterou o documento para se apresentar como "o líder do Brasil".

Outro reconhecimento considerado importante pelo governo foi o do presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Kassio Nunes Marques, indicado ao STF por Jair Bolsonaro (PL).

A mesma estratégia deve ser adotada em relação à Argentina, cujo governo de Javier Milei também não reconheceu a vitória de Lula. O Brasil não pretende cobrar formalmente esse reconhecimento nem alterar sua relação diplomática com o país, já rebaixada neste ano após ofensas de Milei ao presidente brasileiro.

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, deverá se encontrar com o secretário de Estado americano, Marco Rubio, em Atlanta, nos Estados Unidos, durante a cúpula de chanceleres do G20, neste final de semana.

Segundo uma autoridade a par das tratativas, o Brasil não solicitou uma reunião específica com Rubio para discutir a relação bilateral, mas não está descartada a possibilidade de uma conversa sobre o tema.

Um diplomata do Itamaraty afirma que o caso ainda será avaliado sob a perspectiva diplomática, mas ressalta que as decisões sobre as medidas relacionadas a Flávio cabem ao Judiciário.

O governo brasileiro também acompanha as eleições para o Congresso dos Estados Unidos. Integrantes da gestão Lula avaliam que um eventual avanço dos democratas no Legislativo americano poderia ampliar os canais de interlocução com o governo Trump.

Arquivo

Trump e Lula: presidente americano disse que não vai interferir nas eleições

Presidente do TSE diz que eleições ocorreram dentro da normalidade

Brasília - O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kassio Nunes Marques, voltou a declarar que as eleições deste ano transcorreram dentro da normalidade. A manifestação do ministro foi divulgada após o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), candidato derrotado a presidente, divulgar uma carta na qual diz que o pleito foi "fraudado".

"Com empenho de servidores públicos de todo o país, dos mesários, das forças de segurança e dos demais atores envolvidos, as Eleições 2026 transcorreram dentro da mais absoluta normalidade e com respeito aos ditames legais e constitucionais", afirmou o presidente do TSE.

Kassio também afirmou que a vontade da maioria dos eleitores deve ser respeitada. "Ressalto o compromisso de toda a Justiça Eleitoral com a vontade soberana do eleitorado, que foi às urnas e legitimamente escolheu seus representantes", completou.

Flávio Bolsonaro foi derrotado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno das eleições para a Presidência da República.

No pleito, realizado no último domingo (25), Lula obteve 64 milhões de votos, enquanto o candidato do PL ficou com pouco mais de 59 milhões de votos.

As duas horas de extensão no horário de votação computaram apenas 34.393 votos. Cerca de 158,7 milhões de eleitores brasileiros estavam aptos a votar, segundo o TSE.

Biometria facial será obrigatória para usuários de telefonia móvel

Brasília - A partir de 2027, usuários de telefonia móvel vão precisar fazer validação biométrica para contratar e manter linhas telefônicas. A obrigatoriedade foi aprovada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e tem o objetivo de coibir fraudes, já que o titular da linha telefônica passa a ser identificado.

A biometria será feita por reconhecimento facial com prova de vida, que será comparado com bases de dados já existentes, públicas ou privadas. Essa validação deve estar disponível em canais de atendimento presenciais das operadoras, além de sites e aplicativos das empresas de telefonia móvel.

Se a autenticação biométrica não for possível, a norma da Anatel exige procedimentos alternativos para garantir a identificação do titular da linha.

A implementação da norma será feita de forma gradual. Em casos de novas contas pré-pagas, o prazo para uso da biometria será 30 de setembro de 2027. Para novas ativações pós-pagas, portabilidade, troca de chips e alterações cadastrais ou contratuais, o prazo vai até 31 de dezembro de 2027.

Os usuários de contas antigas que ainda não tenham sido cadastrados precisam fazê-lo até janeiro de 2029. As linhas não regularizadas poderão ser suspensas e canceladas.